

# ESTATUTO DE OFICIALIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU: suas implicações no ensino básico nacional

Maimuna Baldé<sup>1</sup>

Kalilene Araújo Mendes de Souza<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar acerca das implicações da Língua Portuguesa como língua oficial do Ensino Básico na Guiné-Bissau. Metodologicamente, o estudo classifica-se como bibliográfico, com traços da pesquisa descritiva; quanto à abordagem, caracteriza-se como qualitativo. No tocante ao referencial teórico, assentado no campo da Linguística Aplicada, a pesquisa fundamenta-se em autores tais como: Almeida Filho (2005), Couto e Embalo (2010), Silva (2018) e Yurna (2018), para análise e compreensão dos textos da literatura da área, do livro didático e dos depoimentos dos estudantes participantes da investigação. Os resultados indicam que os obstáculos encontrados no processo de aprendizagem de conteúdos em língua portuguesa no Ensino Básico ocorrem devido ao distanciamento entre a língua de ensino e a dos estudantes, bem como dos materiais didáticos com a realidade dos estudantes. Concluímos que é necessário a inserção da língua guineense no processo de ensino e aprendizagem e, principalmente, nos materiais em uso nas escolas. Sendo assim, o material didático precisa ser adequado à conjuntura do país, e na base da necessidade dos alunos.

**Palavras-chave:** Português como língua adicional; Oficialidade da língua portuguesa na Guiné-Bissau; Ensino e aprendizagem de conteúdos em língua portuguesa; Multilinguismo.

## ABSTRACT

This work aims to investigate about the implications of the Portuguese Language as an official language of Basic Education in Guinea-Bissau. Methodologically, the study is classified as bibliographic, with traces of descriptive research; as for the approach, it is characterized as qualitative. Regarding the theoretical framework, based on the field of Applied Linguistics, the research is based on authors such as: Almeida Filho (2005), Couto and Embalo (2010), Silva (2018) and Yurna (2018), for analysis and understanding of the texts of the literature of the area, the textbook and the testimonies of the students participating in the investigation. The results indicate that the obstacles encountered in the process of learning content in Portuguese in Basic Education occur due to the distance between the language of instruction and that of the students, as well as the didactic materials with the reality of the students. We conclude that it is necessary to insert the Guinean language in the teaching and learning process and, mainly, in the materials in use in schools. Therefore, the didactic material needs to be appropriate to the conjuncture of the country, and on the basis of the students' need.

**Keywords:** Portuguese as an additional language; Officiality of the Portuguese language in Guinea-Bissau; Teaching and learning of content in Portuguese; Multilingualism.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção-Ceará. E-mail: [m.secobalde93@gmail.com](mailto:m.secobalde93@gmail.com).

<sup>2</sup> Orientadora. Professora Adjunta do Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção-Ceará. E-mail: [kalinemendes@unilab.edu.br](mailto:kalinemendes@unilab.edu.br).

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Língua Guineense (LG) tem sido verificado na Guiné-Bissau, após a independência em 1973, apesar da oficialização do Português no Estado e no Ensino. A LG continua controlando o diálogo dentro da sociedade guineense, e entre as pessoas de diferentes línguas, o país é caracterizado como multilíngue. Paralelamente, há um grande aumento da língua portuguesa nos últimos anos, particularmente nos países nos quais o idioma é consagrado como língua oficial. Este idioma é reconhecido com estatuto de oficialidade nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, ultimamente, na Guiné-Equatorial; em Portugal e no Brasil, com estatuto de língua primeira L1, de maioria; em Timor-Leste, como oficial e com estatuto de língua estrangeira nos estados parceiros de cooperação com países lusófonos (OLIVEIRA, 2013 *apud* YURNA, 2018).

O presente trabalho visa compreender o estatuto da língua portuguesa no Ensino Básico em Guiné-Bissau, um país com várias línguas étnicas e a LG que tem *status* da língua de unidade nacional. E, no ensino, o Português é doutrinado como L1 para os alunos.

Dessa forma, a escolha do tema partiu da real situação que se verifica no ensino básico da Guiné-Bissau, visto que a língua ensinada nas escolas, a LP, não representa o panorama dos guineenses. De acordo com Cá e Rubio (2019), ela é ensinada como língua primeira dos alunos, os professores das escolas básicas impedem os alunos de falarem suas línguas étnicas nas salas de aula.

Em termos metodológicos, situamos nossa pesquisa na categoria bibliográfica, com traços de estudo descritivo; quanto à abordagem, ela se enquadra como qualitativa. Fundamentamos nos textos, artigos científicos, e o livro didático que analisamos e no dizer dos estudantes participantes da investigação. A base teórica de nosso trabalho, ancorado na Linguística Aplicada, está em autores como: Almeida Filho (2005), Couto e Embalo (2010), Silva (2018) e Yurna (2018).

A partir disso, temos a pergunta central: Quais são as repercussões da obrigatoriedade da língua portuguesa como língua oficial no Ensino Básico na Guiné-Bissau? portanto, os objetivos estabelecidos para investigação delimitam-se da seguinte forma: a) Investigar acerca das implicações da obrigatoriedade da língua portuguesa como língua de ensino no Ensino Básico da Guiné-Bissau; b) Pesquisar sobre a utilização da Língua Portuguesa no ensino de conteúdos gerais no Ensino Básico da Guiné-Bissau; c) Investigar os materiais didáticos utilizados no Ensino Básico da Guiné-Bissau, no tocante à língua oficial de ensino.

O presente trabalho se divide em sete partes, quais sejam: introdução, fundamentação teórica, subdividida em quatro subtópicos; procedimentos metodológicos, a análise e discussão dos dados, que por sua vez se subdivide em três partes; e as considerações finais.

## 2 OFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

Na Guiné-Bissau, a língua portuguesa tem estatuto de língua oficial e, por conseguinte, de ensino. Esse status atribuído ao idioma guarda relação direta com o fato de o país ter sido colonizado por Portugal.

A independência da Guiné-Bissau foi proclamada em 1973. No entanto, durante o processo de luta pela libertação, o Português já era ensinado em certas regiões do país. Cabe destacar que, nessas localidades, nem todas as crianças iam à escola. O acesso ao ensino era feito de maneira seletiva, por conta da escassez de professores. Nesse caso, os que tinham prioridade de acesso representavam um número significativo das crianças entre cinco e seis anos de idade, dentre os quais, os filhos dos portugueses e dos guineenses assimilados que tinham possibilidades de manter seus filhos na escola. (FURTADO, 2005, *apud*, CÁ, 2022). Compreende-se que, na época, não havia expansão do ensino para todo território nacional, apenas para os portugueses e filhos de amigos dos colonizadores, ou seja, um número limitado dos cidadãos que frequentava a escola.

Na abordagem de Couto (2010), depois da independência, o país se viu, e se vê, em confronto com uma série de dilemas ou contradições em torno da língua oficial. Entende-se que o país é multilíngue e apresenta mais de 30 línguas nacionais/ étnicas. O primeiro dilema foi entre a LG e as línguas étnicas. Adotar-se o guineense como língua nacional ou uma língua étnica e qual delas? Os usuários das outras não aceitariam.

Além disso, há uma série de conceitos do mundo consumista moderno que elas não têm recursos para expressar. Como reconheceu Cabral (1976), ainda no momento da batalha pela libertação do país, afirmando o país recém libertado não tinha mecanismos suficientes para organizar a LG como língua do ensino, sendo que esse idioma não apresentava grafia e nem gramática oficializadas. Outro ponto a ser considerado é o fato de o guineense predominar nas zonas urbanas do território, apesar de falada em nível nacional. Nas zonas rurais, tem-se predominância das línguas étnicas.

Em seguida, vem a segunda contradição entre Português e a LG, embora essa seja a língua do cotidiano para a maior parte dos guineenses, nas cidades urbanas, todos os documentos escritos estão em Português, toda a história do país está configurada nesta língua. No ensino, o processo de alfabetização e aprendizagem, tudo é feito nesse idioma. Neste ponto,

consideramos relevante destacar que, o Português, apesar do estatuto de oficialidade na Guiné-Bissau, possui apenas 13% de falantes, levando-se em conta a totalidade da população nacional.

A LG, a despeito das demais línguas étnicas faladas por diversos grupos étnicos, conta com, aproximadamente, 75 a 80% de falantes no território guineense. (COUTO, 2010). Ou seja, o Português, mesmo sendo língua de prestígio, e com seu estatuto oficial, não impede a propagação da LG na Guiné-Bissau. Também se sublinha que a língua portuguesa é falada por apenas pessoas escolarizadas, ou por algumas famílias guineenses que vivem em Portugal ou no Brasil. (COUTO; EMBALÓ, 2010 *apud* YURNA, 2018).

Por esse cenário, percebe-se que a oficialização de uma das línguas nacionais, seja a LG ou uma das línguas étnicas, não seria uma solução para um país recém-independente, que se deparava com diversos problemas para a reestruturação do seu desenvolvimento. (COUTO, 2010). Reflete-se que o guineense poderia causar grandes dificuldades no sistema educativo. E no que tange à oficialização de uma das línguas étnicas no país, Cabral (1976), justificou que elas, para além de serem várias e sem grafia, também como a língua nacional, nenhuma delas poderia ser oficial, uma vez que a escolha de uma em detrimento das outras poderia provocar problemas tribais/étnicos entre os guineenses.

Nessa perspectiva, a oficialização do Português na Guiné-Bissau não se deriva só pelo fato de o país ser ex-colônia de Portugal, mas também é por conta da ausência da grafia e estrutura da língua nacional (LG), das questões relativas à harmonia entre os grupos étnicos nacionais, sem contar os interesses concernentes às relações exteriores. A partir da oficialização da língua portuguesa, a Guiné-Bissau passa a ser membro, por exemplo, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), como alega Sampa (2022). O processo da oficialização desse idioma como única língua reconhecida pelo Estado surgiu num quadro da existência do modelo de Estado/Nação adotado pelas nações africanas depois da independência, imitando o modelo dos países europeus onde o Estado é o único a decidir sobre a variação linguística e a língua que deve ser falada oficialmente e ensinada no sistema educacional. Segundo Sampa (2022),

Apesar dessa oficialização da língua portuguesa, é inegável o enraizamento da língua guineense no cotidiano dos [...] guineenses. A língua guineense continua a ser a língua mais usada no dia a dia das pessoas, mesmo nos lugares mais estratificados da sociedade guineense. (SAMPA, 2022, p. 162. GRIFOS NOSSOS)

Em nosso entendimento, o quadro por nós apresentado revela que os PALOP, apesar de serem independentes, ainda mantêm o país colonizador como a referência principalmente no sector educativo, o que é o caso da Guiné-Bissau.

Em seguida fizemos a contextualização sociolinguística do país, onde discutimos a problemática voltada ao ensino do português como L1 no país e não como LE e/ou LA como poderia ser.

## **2.1 Contexto sociolinguístico da Guiné-Bissau e a situação da língua portuguesa, quanto aos seus falantes como Língua Primeira (L1)**

A Guiné-Bissau, conforme abordamos anteriormente, é um país bastante diversificado no que concerne à língua e à cultura, por exemplo. É considerado multilíngue, contando com um quadro de mais de 30 línguas vivas. (INE, Guiné-Bissau, 2009)<sup>3</sup>. Essas línguas, que são étnicas em sua maioria, assumem grande protagonismo no convívio e na comunicação do dia a dia dentro das famílias e na sociedade em geral. No elenco de línguas, o bayote, banhum, badyara ou pajadinga, cobiana, cumante, cassanca são consideradas menos expressadas e conhecidas, pois atualmente já não têm percentagens expressivas de usuários.

Há ainda outras línguas no país, como o wolof, o francês e o inglês, resultado de relações entre os guineenses e os povos de Senegal e Guiné-Conacry, países vizinhos (COUTO; EMBALÓ, 2010 apud CÁ, Rubio, 2015). Vale destacar que, embora com toda essa diversidade linguística, a LG vem sempre como elo da comunicação entre os cidadãos daquele território. E, nesse sentido, o Português fica restrito aos setores de ensino e administrativo, figurando nos documentos oficiais.

Em termos de educação formal, as crianças têm contato com o Português a partir do primeiro ano da escolarização, porém com forte domínio das línguas étnicas e pouca base do guineense para os que vivem nas aldeias (tabancas). Em contrapartida, os que vivem nas cidades, que geralmente, possuem LG como língua primeira (L1).

Entretanto, lembrando que o Português na Guiné-Bissau é considerado idioma do Estado, mas ele funciona como uma língua adicional (segunda ou terceira língua) para a maior parte da população. Então, a língua como um fator de extrema importância no ato de aprenderem de qualquer conhecimento.

Na concepção de Almeida Filho (2005), a primeira língua (L1) é uma língua que a criança aprende logo após o nascimento com pais, dentro de ambiente familiar. Quanto à língua adicional (LA), normalmente é uma língua não primeira para seu falante, a qual se sobrepõe às outras línguas que não circulam socialmente em setores ou instituições ou que circulam com

---

<sup>3</sup> Disponível em:< [https://www.stat-guinebissau.com/Menu\\_principal/IV\\_RGPH/rgph1/estado\\_estrura\\_pop.pdf](https://www.stat-guinebissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/rgph1/estado_estrura_pop.pdf)>. Acesso em 25 jun. 2023

restrições. A língua estrangeira (LE) é uma outra língua que pertence a outro povo ou outra cultura de outro país, pela qual se desenvolve um interesse autônomo (particular) ou institucionalizado em instituições privadas ou públicas para aprender a usá-la.

A partir dessas definições, é legítimo afirmar que o Português, na Guiné-Bissau, não é língua primeira (L1) para a boa parte da população, como referimos anteriormente, principalmente os que têm as línguas étnicas como língua primeira. Configura-se, pois, como língua adicional. Evidencia-se, que o Guineense seria também uma língua adicional com algumas exceções. Silva (2018) afirma que, na Guiné-Bissau, a língua portuguesa não é um idioma pelo qual as pessoas mantêm contato antes de chegar à escola, e seu processo de aprendizagem se assemelha ao processo da língua estrangeira. Todavia, também não é correto afirmar que essa língua seja estrangeira no contexto da Guiné-Bissau, uma vez que tem estatuto de oficialidade.

O Português é uma língua que conseguiu se expandir de maneira acelerada no período colonial europeu, em diferentes continentes e, hoje, é idioma oficial de nove (09) países dos continentes europeu, americano, africano e asiático.

Na Guiné-Bissau, cerca de 396.850 da população falam o Português, entre os quais alguns falantes como L1 5850, Guiné-Bissau (2020), e falantes como L2 391.000, conforme a Divisão Estatística das Nações Unidas (2015 UNSD). Vale salientar que existem alguns fatores que impediram a grande expansão do Português no território. O país não tinha povoação efetiva dos portugueses, e era considerado um local de fornecimento de escravizados e de certas mercadorias para os exploradores portugueses, até praticamente o século XIX. A ocupação daquele espaço e colonização sempre foi muito precário. Só no século XX, que houve uma efetiva exploração da região da costa da Guiné-Bissau, inclusive no interior do país.

Por isso, a Língua Portuguesa nunca se instalou de maneira ampla nessa região, chegando mesmo a se mesclar com as línguas nacionais e dar espaço para o surgimento da LG (COUTO; EMBALÓ, 2010). Outro fator que justifica o fraco crescimento dessa língua é o fato de o país ser lugar de trânsito de escravizados e as pessoas não chegarem a formar famílias sólidas ali, na época da colonização.

Os poucos portugueses que ficavam aprendiam o crioulo nas suas comunicações diárias. Cabe sublinhar que o fato de a colonização portuguesa ter a Guiné-Bissau como colônia de exploração, e não de ocupação, não permitiu, a expansão do Português para todo o território, limitando-se apenas ao litoral e nas capitais Bissau, Bolama, Cacheu e Farim onde eram interpostos comerciais. Por outro lado, a resistência dos próprios nacionais e também

escravizados vindos de diferentes regiões de África influenciou na fraca expansão do Português (MENDY, 1994 apud NAMONE; TIMBANE, 2017). Por isso, essa língua não tem grande número de falantes no país.

É possível afirmar que a Guiné-Bissau é um dos países da colônia portuguesa que resistiu com suas línguas até o momento atual. Tudo isso aconteceu por conta de o país ter o privilégio de possuir uma língua de unidade nacional, a LG, o que diferencia a nação aludida dos demais países de língua oficial portuguesa, exceto de Cabo-Verde, que também tem o seu Cabo-verdiano.

No tópico seguinte, discorreremos sobre a real situação do ensino na Guiné-Bissau, baseando-nos documentos normativos do sistema.

## **2.2 Realidade do ensino guineense**

Quando pensamos na realidade do Ensino Básico Guineense, como uma fase inicial da educação de qualquer sociedade, e que precisa de uma organização adequada para o equilíbrio entre os alunos, os professores, e a realidade sociocultural do país em causa, leva-se em consideração os documentos normativos que regulamentam o setor educativo permitindo que funcione de forma adequada.

Assim, conforme a Lei de Bases do Sistema Educativo Guineense (LBSE) (GUINÉ-BISSAU, 2010), em seu Artigo 13º, na Guiné-Bissau, o Ensino Básico desenvolve-se ao longo de 9 anos de escolaridade e organiza-se em três ciclos: O primeiro ciclo compreende do 1º ao 4º ano, o segundo ciclo, do 5º ao 6º ano e terceiro ciclo, que compreende do 7º ao 9º ano de escolaridade, constituindo-se na última fase do Ensino Básico.

Uma das ferramentas pertinentes no sistema educativo é a língua oficial de ensino, que envolve todas as vertentes de aprendizagem de forma quantitativa e qualitativa. Na Guiné-Bissau, esta língua é a portuguesa. O ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau teve suas origens no processo de colonização. Com a invasão dos portugueses ao país, o cenário mudou completamente.

As culturas, as línguas, os usos e os costumes foram desvalorizados, passando a ter o ocidente como ponto de referência. (NAMOME, 2014 apud CÁ, 2022). Então, o país adaptou o Português como oficial por conta da força da elite política. Essa língua exerce poder de dominação simbólica sobre as línguas locais (CÁ, 2022). Mas, como referimos sobre a situação linguística acima, o país possui diversas línguas étnicas, incluindo o guineense (língua nacional), porém, no sector do ensino e aprendizagem, por sua vez, existe só uma língua em funcionamento, que é o Português. Diante do cenário descrito, colocamos a questão sobre como

será a situação do ensino guineense, dada a diversidade linguística própria da sociedade guineense.

A partir de nossa experiência como ex-aluna do ensino básico no interior do país, podemos apontar os inúmeros obstáculos quanto à compreensão e à assimilação dos conteúdos, dados que são ensinados em Português. Na época, aprendíamos a LG no ambiente da escola, de modo informal, com colegas e, certas vezes, a partir da interação com professores que, ao perceberem a nossa dificuldade de compreensão dos conteúdos em Português, recorriam ao guineense para explicar os conteúdos. Mesmo com o esforço dos docentes para facilitar a aprendizagem a partir da língua nacional, isso ainda não era suficiente para que aprendêssemos de fato. De forma geral, isso contribui muito para o aumento da nossa dificuldade na Educação Básica. Vale destacar que, nesse mesmo contexto da escola, existia a proibição do uso das línguas étnicas por parte da coordenação e dos professores.

Defendemos que o melhor caminho para o ensino e a aprendizagem é a língua por meio da qual alunos e professores conseguem interagir com mais tranquilidade, como defende Freire (2011). Pressupõe-se, assim, que a forma mais adequada de ensinar é por meio da língua primeira (língua materna) do aprendiz, visto que, nesse idioma, as pessoas aprendem com facilidade. No caso do ensino guineense, isso não acontece por conta da diferenciação da língua nacional (a LG) com o idioma do ensino da aprendizagem, o Português, que causa enormes dificuldades para as crianças logo no ensino básico.

Entendemos que, para o bom desenvolvimento do ensino guineense, o Português precisa ser ensinado na base da veracidade do povo, pensar no multilinguismo e na utilização das didáticas de ensinamento da língua adicional na escola. No caso, o Português está sendo ensinado na educação como uma primeira língua, mas é notório que ela não é a primeira para a maioria dos alunos. A realidade empírica nos aponta que, na Guiné-Bissau da atualidade, as crianças conseguem expor melhor suas ideias em LG (SILVA, 2018). Nesse contexto, é necessário ensinar o Português como língua adicional, apesar de ser o idioma oficial no país. Também cabe a inclusão da LG no ensino e aprendizagem.

No entanto, no tópico a seguir discutimos as questões relacionadas ao material didático em uso nas escolas do país, tanto nas privadas assim como públicas.

### **2.3 Material didático**

O material didático é um elemento crucial na educação para orientar os docentes durante o ano letivo/escolar. Também é um facilitador na assimilação de conteúdo para os alunos submetidos ao ensino. O livro didático estabelece uma ligação entre os aprendizes e a sociedade

e deve conter a representatividade dos alunos. Esse material é uma ferramenta de extrema necessidade no ensino. Então, ele precisa ser atualizado de acordo com desenvolvimento da ciência e com adequação social do aprendiz, Schoffen (2012).

Diante do exposto, perguntamo-nos se no sistema educativo guineense existem materiais didáticos que sejam produzidos com base do panorama do povo, e se existe atualização desses materiais.

Primeiramente, para além da separação da língua do convívio com a língua do ensino, como se verifica no sistema educativo guineense, a língua escolhida como oficial no Ensino claramente não possui o mesmo estatuto que a LG, que desempenha elo da comunicação na sociedade, que tem função de estatuto da língua nacional (COUTO 1990, *apud* CUNHA, 2022, p.7). A única língua que representa a união no meio dos cidadãos é o Guineense, uma vez que ele surgiu justamente da convergência das diversas línguas nacionais com o Português.

Segundo Ocuni Cá (2000 *apud* CÁ, 2022), os portugueses acreditavam que, para “educar” os africanos, era necessário desafricanizá-los. Um dos métodos para essa desafricanização é fazer com que os povos estudem as realidades portuguesas, desvalorizando seus usos e costumes. Como acontece na Guiné-Bissau, apesar de ser independente, ainda existe forte influência da cultura portuguesa na sociedade guineense. São ideologias materializadas pelos colonizadores que estão vivas até os dias atuais. Isso repercute muito, principalmente, nas escolas, onde todo mundo quer falar e se vestir e se comportar como portugueses.

Nesse cenário, o material didático do ensino guineense é produzido onde e em que língua? Claramente que são produzidos em Português. Segundo Silva (2018), os materiais didáticos utilizados no ensino, além de serem muito pobre a nível de conteúdo em si, não representam a realidade do aluno nem do contexto do povo guineense. O que são verificados nos materiais didáticos existentes na Guiné-Bissau, principalmente nas literaturas infantis, são imagens de personagens brancos, loiros e de olhos azuis, e, se houver alguma pessoa preta nesses textos, ele sempre é colocado em um papel de inferioridade. Essas imagens vão ficando nas mentes das crianças e, com o passar dos anos, elas começam a reproduzi-las, tendo o ocidente como referência, Cá (2022).

Voltando à questão da língua de ensino na Guiné-Bissau, para iniciar a discussão acerca dos materiais didáticos e seus reflexos na aprendizagem de conteúdos, citamos Balde (2013), que diz:

[...] as matérias de ensino são administradas nesta língua que é estranha para as crianças guineenses como se fosse a língua materna delas, o que constitui um obstáculo que dificulta a adaptação e a integração plena das crianças na escola, já que não lhes é possível utilizar um instrumento de comunicação quotidiana na atividade mais importante da sua idade (BALDE, 2013, p.26).

Mediante essa situação, é possível supor que os materiais didáticos utilizados no ensino guineense não compactuam com a realidade sociocultural e multilíngue dos alunos. Portanto, é necessário estabelecer relação entre o livro didático e a realidade do aluno, para o bom desempenho do aprendiz no processo de aprendizagem. É uma forma, também, de facilitar o professor no momento da aula, para ficar mais próximo da vivência do estudante.

### **3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

Quanto ao procedimento metodológico, esta pesquisa é de cunho qualitativo bibliográfico, com traço de estudos descritivo. Segundo Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é constituída a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros e artigos científicos entre outros meios. E, de acordo com Sellitz *et al* (1965 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 21), a pesquisa descritiva “[...] busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está correndo, permitindo abranger com exatidão as características de um indivíduo, uma situação ou grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos”.

Ainda no tocante à metodologia, também adotamos, neste estudo, uma abordagem qualitativa, visto que nos preocupa mais a interpretação e a compreensão dos fenômenos e do objeto, e nos interessa enxergá-los de modo articulados aos diversos elementos da pesquisa.

Para a coleta de parte dos dados, aplicamos um questionário composto por três questões, através de formulário de google, que foram dirigidos para oito (08) estudantes guineenses, entre quais cinco do sexo masculino e três do sexo feminino, de faixa etária entre 22 a 33 anos idades, que atualmente estão na graduação na Unilab-Ceará. E, na etapa de análise, recorreremos à técnica de análise de conteúdos, para tratar os documentos e materiais constitutivos do *corpus* a ser constituído para a investigação.

### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Nessa seção, fizemos a discussão sobre a aplicação da língua portuguesa e a sua exclusividade no processo de ensino e aprendizagem na Guiné-Bissau. Também realizamos a análise dos depoimentos dos estudantes do ensino básico em Guiné-Bissau e analisamos o livro didático para o ensino da língua portuguesa do 1º ano em uso no país.

## **A língua portuguesa como exclusiva no Ensino Básico na Guiné-Bissau**

Para entender a realidade do uso da língua portuguesa como língua exclusiva para o ensino de conteúdos de formação no Ensino Básico na Guiné-Bissau, decidimos aplicar um questionário composto de três questões com estudantes do ensino básico do país. As questões são as que seguem: 1) Com base em sua experiência como estudante da Educação Básica na Guiné-Bissau, quais são as implicações da obrigatoriedade do uso da Língua Portuguesa como língua exclusiva nesse nível de ensino (Ensino Básico) no país? 2) Levando em conta a utilização da Língua Portuguesa (e/ou de outras línguas) no processo de ensino, fale a respeito de sua experiência na aprendizagem de conteúdos gerais do Ensino Básico na Guiné-Bissau. 3) No tocante aos livros/materiais didáticos do Ensino Básico na Guiné-Bissau, como você avalia a predominância (ou uso exclusivo) da Língua Portuguesa para a exposição/explicação de conteúdo?

Na sequência, apresentamos as respostas aos questionários, ao mesmo tempo em que realizamos discussão a seu respeito, no intuito de respondermos à seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as repercussões da obrigatoriedade da língua portuguesa como língua oficial de ensino no Ensino Básico na Guiné-Bissau?

### **4.1 Implicações da obrigatoriedade do uso da língua portuguesa como língua oficial do Ensino Básico da Guiné-Bissau**

A partir das respostas à primeira pergunta (Com base em sua experiência como estudante da Educação Básica na Guiné-Bissau, quais são as implicações da obrigatoriedade do uso da Língua Portuguesa como língua exclusiva nesse nível de ensino (Ensino Básico) no país?), percebe-se, que o uso da língua portuguesa no Ensino Básico da Guiné-Bissau acarreta grandes obstáculos no processo de aprendizagem. Na fala do participante **A**, torna-se visível as implicações do uso de Português na Educação Básica no processo de aprendizagem dos estudantes.

Este fato infelizmente faz parte de estratégia aplicada no processo de ensino básico. Pois, levando em consideração que Guiné é um país com mais de 20 línguas diferentes e muitas vezes criança, vai pra escola já com mais de duas línguas e o primeiro contato com língua portuguesa vai ser na escola. Tendo em conta esta realidade, a obrigatoriedade de falar português em vez de ajudar na aprendizagem acaba dificultando. Na minha opinião, a língua portuguesa deve ser ensinada como língua estrangeira que ela é e o crioulo ser base de aprendizagem escolar, pois a dificuldade de aprendizagem também vem de uma parte, em aprender em língua desconhecida. Conjunto desses fatores implicam em fraco rendimento escolar (Participante **A**, 2023).

Na perspectiva do participante **A**, a estratégia aplicada no Ensino Básico não leva em conta a realidade do país, em que os alunos chegam ao ensino com mais de duas línguas (da família e o guineense). Para esse mesmo participante, o Português, dado que é desconhecido para os alunos, deveria ser ensinada como língua estrangeira, o que, em alguma medida, dialoga com a compreensão de Silva (2018), para quem a língua portuguesa deve ser ensinada como L2 na Guiné-Bissau.

No que tange à fala do participante **B** acerca do uso obrigatório de Português no Ensino Básico na Guiné-Bissau, observa-se que o Português continua causando problemas no Ensino Básico, e que os métodos utilizados nas aulas variam de docente para docente.

Ao longo do meu percurso no ensino básico (primária) as consequências de uso obrigatório da língua portuguesa foram enormes variando de acordo com regras de cada docente, que por sua vez limitava a participação nossas nas aulas uma vez que a referida língua não era e continua a ser menos falante fora da escola. (Participante **B**, 2023)

Interpretamos que, na visão desse participante **B**, o uso do Português de maneira obrigatória limita as participações dos estudantes nas aulas, visto que eles não têm domínio desse idioma e têm medo de errarem ao falarem. Assim, a aula fica centrada no professor, que várias vezes deixa os alunos em um ambiente de desconforto, conforme aponta o participante **C**.

Baseando na experiência que tive nos anos de Ensino Básico, é perceptível que essa obrigatoriedade do uso da língua portuguesa acaba por ter implicações negativas para os alunos, limitando-os em pouca participação nas aulas e gerando um clima de silêncio total e com isso, a aula perde dinâmica transformando o professor único emissor durante as aulas. (Participante **C**, 2023)

A partir dos depoimentos dos participantes **B** e **C**, revela-se que o uso obrigatório do Português no Ensino Básico Nacional contribui nas dificuldades dos alunos, o que acaba deixando os limitados, e legitimando o professor como único emissor do conhecimento durante as aulas. Uma aula produtiva parte da intervenção de todos com conhecimento compartilhado. Na abordagem de Freire (1967), na perspectiva da educação como prática da liberdade, o aluno deve sentir liberdade para se expressar, aprender e adquirir conhecimentos críticos, de modo a desenvolver sua capacidade criativa.

O participante **D** evidencia a realidade do Português na Guiné-Bissau como L2, apesar da sua oficialidade. Também destaca o fato de esse idioma não ter a mesma dimensão que outras línguas existentes no país, o que pode levar as crianças terem dificuldade de falar nas salas de aula.

A obrigatoriedade do uso da Língua Portuguesa como língua exclusiva no Ensino Básico na Guiné-Bissau tem implicações significativas para o país. Com base em minhas experiências, a obrigatoriedade do uso exclusivo da língua portuguesa pode ter implicações negativas para os alunos que não falam português em casa e nem crioulo. Além disso, pode haver influência de forma negativa na preservação das línguas locais. (Participante **D**, 2023)

Para além das dificuldades encontradas no ensino, também o Português contribui para o silenciamento das línguas nacionais, uma vez que as pessoas que falam esse idioma são consideradas civilizadas. Segundo Ocuni Cá (2000 *apud*, Cá, 2022), um dos caminhos utilizados pelos portugueses para a desafrikanização é fazer com que o povo se adapte a outras culturas, em detrimento das suas culturas-línguas, desvalorizando os seus usos e costumes. Como acontece na sociedade guineense, isso repercute muito, principalmente, no setor educativo, onde os estudantes são obrigados a falarem Português como se fossem portugueses.

Na visão dos participantes **E** e **F**, é necessário conhecer a realidade sociolinguística, ou seja, levar em consideração a diversidade linguística do país, para poder decidir acerca da língua do ensino.

(...) É de se lamentar. Antes de mais, é necessário conhecer a situação da língua portuguesa na Guiné-Bissau, a Guiné-Bissau é um país plurilíngue onde a maioria do seu povo possui a língua portuguesa como a segunda ou terceira língua, mas ela é obrigatória nas instituições públicas do país. (Participante **E**, 2023)

Partindo da minha experiência como estudante, pude perceber que a língua portuguesa impacta negativamente o aprendizado dos alunos, os alunos na sua maioria não conseguiam exprimir os seus sentimentos ou dúvida sobre uma determinada matéria devido às dificuldades que eles têm no que diz respeito à língua isso gera limitações na aula e no próprio aprendizado. (Participante **F**, 2023)

Dos depoimentos, depreende-se que não existe ligação entre o ensino e a realidade vivida pelas crianças antes de chegarem à Educação Básica, na Guiné-Bissau. Como defende Freire (2011), a forma adequada de ensinar é pela via da primeira língua (L1).

Os depoimentos dos participantes **G** e **H**, comprovam a implementação/obrigatoriedade do uso de Português de maneira obrigatória para os alunos no Ensino Básico da Guiné-Bissau.

(...) O uso da língua portuguesa tem sido implementado praticamente em todas as escolas públicas e privadas no sentido de melhorar o nível da língua portuguesa dos estudantes. O descumprimento dessa norma na maioria dos casos o estudante é punido de acordo com as normas estabelecidas naquela instituição de ensino ou às vezes o estudante é obrigado a pagar um valor simbólico em dinheiro que será utilizado para festejar no final do ano letivo (...). (PARTICIPANTE **G**, 2023)

O uso da língua portuguesa no ensino básico como língua exclusiva tem muitas implicações no que toca à própria interação entre os alunos, porque maioria dos alunos só fala essa língua na escola, então, como a língua portuguesa é única língua a ser usada na escola isso constitui um silenciamento, isto porque alguns vão sentir vergonha em falar, intervir na aula e conversar com os colegas para não "errar"... Por outro lado, dificulta até o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, porque nesses

alunos têm a língua guineense, que é a que mais usam e dominam, além de ter outros que têm suas línguas étnicas que dominam melhor(...). (PARTICIPANTE H, 2023)

Conforme temos destacado e os participantes da pesquisa assinalam, o uso obrigatório da língua portuguesa no Ensino Básico como língua exclusiva apresenta implicações no que toca à própria interação entre os alunos, visto que a maior parte da população não usa essa língua no seu convívio diário. Segundo Cá e Rubio (2019), os estudantes guineenses têm o primeiro contato com o Português nas escolas, fora do ambiente escolar, eles convivem com as línguas nacionais (étnicas) e o guineense. Tudo isso contribui para um silenciamento grande no processo de aprendizagem, isto é, "alguns ficam com vergonha de falar, participar de aulas e conversar com os colegas para não errarem. Esse processo, dificulta, inclusive, o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos.

#### **4.2 A utilização da Língua Portuguesa no ensino de conteúdos gerais no Ensino Básico da Guiné-Bissau.**

É relevante tratar do *status* de Português na Guiné-Bissau, sendo ele o idioma oficial do Estado e, conseqüentemente, do setor educativo. Geralmente, quando uma língua goza de estatuto de oficialidade dentro território, deve ser utilizado no ensino como primeira língua (L1). A língua portuguesa, na realidade guineense, apesar de ser oficial, é, para a maior parte da população, uma língua adicional, ou seja, uma língua terceira. Tem-se, aí, uma problemática anunciada.

Para entendermos de modo mais detalhado sobre essa problemática e respondermos à seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as repercussões da obrigatoriedade da língua portuguesa como língua oficial de ensino no Ensino Básico na Guiné-Bissau? Incluímos a seguinte questão no questionário aplicado com estudantes guineenses: 2) Levando em conta a utilização da língua portuguesa (e/ou de outras línguas) no processo de ensino, fale a respeito de sua experiência na aprendizagem de conteúdos gerais do Ensino Básico na Guiné-Bissau.

Em resposta à questão anterior, o participante **A**, para evidenciar a utilização do Português no Ensino Básico, assim se manifesta:

Considero eu que a aprendizagem no ensino básico é de forma a decorar, levar as crianças a decorarem em vez de saberem o que de fato está sendo ensinado. Imaginemos que alguém está sendo ensinado na língua que não entende ou não sabe falar, do que resultaria seu aprendizado é apenas memorizar, mas não de fato entender o que foi ensinado como acontece na Guiné-Bissau (Participante A, 2023)

Compreende-se que o uso do Português no ensino de conteúdos gerais resulta no que chamamos de educação bancária, na qual o aluno não desenvolve a sua capacidade criativa e

fica apenas preso àquilo que o professor disse. Souza (2015), destaca que a aprendizagem sólida e consistente de qualquer objeto de conhecimento dá-se a partir da interação, ou seja, é importante interagir com o objeto que queremos aprender. Isso é fundamental. Visto que no contexto em causa os alunos não interagem com professor devido à dinâmica de uso do Português como L1 no ensino, julgamos ser necessária a utilização do guineense como L1 no ensino como apoio para aprender o Português.

Quanto ao participante **B**, as experiências dele não foram as melhores acerca do uso do Português do ensino de conteúdos gerais no Ensino Básico Guineense, uma vez que o idioma do ensino é diferente das línguas do uso cotidiano na sociedade.

Quanto a minha experiência e como a demais que passou pelo o mesmo processo percebe-se que a língua portuguesa teve impacto assim menos desejável pois tendo em conta que limitava quanto a abordagem de outros conteúdos uma vez que a mesma era um pouco usada razão pela qual seria um dos elementos a criar obstáculos quanto a percepção dos conteúdos. (Participante **B**, 2023)

O dizer do participante **B** evidencia a dimensão das línguas nacionais e guineense, que desempenham um papel fundamental na comunidade e comunicação entre pessoas de diferentes grupos étnicos existentes no país. (Couto, 2010)

De acordo com a fala dos participantes **C** e **D**, a aprendizagem dos conteúdos de maneira geral, em Português, exige grande empenho dos alunos e dos professores. Várias vezes, isso leva os alunos a memorizarem os conteúdos nas avaliações por não conseguirem fazer efeitos, ou por falta da adequação do idioma do ensino a suas realidades.

(...) aprendizagem dos conteúdos para alunos de ensino básico torna-se difícil e exige muito esforço por além de necessário, não havendo questionamento por parte do aluno para com o professor, as dúvidas dos alunos não são retirados e são obrigados a decorarem conteúdo para possíveis testes realizados pelos professores, sendo assim, sabemos dizer algo, mas não temos conhecimentos de poder expressar em português, tudo por motivo de temer errar na fala durante as aulas. (Participante **C**, 2023)

A língua portuguesa é a língua oficial do país e é usada como língua de ensino. Mas, muitos alunos não falam português em casa e podem ter dificuldades em aprender em um ambiente onde a língua de ensino é diferente da sua língua materna. Sendo assim, as línguas locais desempenham um papel fundamental no ensino aprendizagem da Guiné Bissau. (Participante **D**, 2023)

A partir da visão de Souza (2015), destaca-se que é preciso estabelecer diálogo em qualquer vernáculo, ou seja, é importante interagir com o objeto que queremos aprender, isso é fundamental. Então, isso certifica que os alunos guineenses não têm a interação, a socialização com o idioma Português, pois a criança precisa de maior interação para adquirir qualquer conhecimento.

As falas dos participantes **E** e **F** expõem a importância do uso da língua mais falada no país, nesse caso, o guineense. É nesse idioma que se estabelece interação entre os alunos, tal como a abordagem acima se refere à relevância da interação no processo de aprendizagem de uma língua.

Falando sobre a utilização do português na aprendizagem é muito frequente, pois muitas vezes os professores nas suas explicações recorrem às outras línguas para a melhor compreensão dos alunos ao conteúdo, porque eles entendem que para que os seus alunos entendam a matéria é necessário colocar a língua crioula para que os alunos possam assimilar o conteúdo da melhor forma possível. (Participante **E**, 2023)

No meu caso, o meu contato com as línguas que são faladas no meu ciclo familiar dificultou muito na minha assimilação dos conteúdos dados na escola por causa de serem em uma outra língua que só é falada na sala de aula. (Participante **F**, 2023)

Os participantes revelam que as suas primeiras línguas aprendidas antes de Português dificultaram o seu processo de aprendizagem no Ensino Básico, por não coincidirem com a língua oficial de ensino. De acordo com Schoffen (2012), há necessidade de desenvolver o ensino de língua a partir da adequação do contexto cultural do aprendiz. Sem distanciamento dos valores locais, é importante adotar um olhar que consiga ver determinada prática no contexto em que se encontra o ensino.

O participante **G** salienta as diferenças entre os alunos que vivem nas cidades e os que vivem nas tabancas (aldeias). Os primeiros geralmente têm o guineense como L1, e os das aldeias têm como L1 as línguas étnicas faladas em cada família ou grupo étnico.

A língua portuguesa foi uma língua difícil de aprender, pois nasci na aldeia onde só se falava minha língua étnica, ao mudar para Bissau fui obrigado a aprender língua crioula que é praticamente a língua mais falada na capital Bissau para poder comunicar e posteriormente aprender o português na escola, meus pais não falavam português nem meus vizinhos, então a gente só falava o português nas escolas e mesmo nas escolas a língua crioula é mais falada tanto nas salas assim como nos recintos escolares. Por isso é notório que a ortografia em maioria dos casos é melhor que a oral (Participante **G**, 2023).

O depoimento desse participante nos faz refletir que os alguns estudantes guineenses possuem mais competência escrita do que oral em Português. Aqui também citamos Schoffen (2012). A autora afirma que, para ensinar qualquer língua vernácula, é preciso conhecer o espaço dos aprendentes, e levar em consideração seus valores culturais. Nota-se que, para o informante **G**, o Português já nem é L2. Para esses casos, entendemos ser necessário estabelecer uma política voltada ao ensino do Português na realidade de guineense, visto que, conforme Couto (2010), esse é o idioma com menos falantes no país.

O participante **H** confirma, em seu dizer, a obrigatoriedade do uso do Português no Ensino Básico para além da comunicação do docente. De acordo com **H**, nesse idioma também

o aprendiz é obrigado a se expressar. E, caso ele fale em outras línguas étnicas ou o guineense, pode ser punido. Nesse tipo de ensino não existe o que Freire (1967) denomina de educação como prática de liberdade, pois aqui o aluno não tem essa liberdade de se expressar e nem contestar algo, já que não fala a língua do Ensino.

A língua portuguesa durante o meu ensino básico foi a única língua de ensino e, quando um aluno falava outras línguas guineenses (crioulo guineense ou outras línguas étnicas) esse aluno era punido com palmatória ou às vezes pagava uma multa em dinheiro (Participante **H**, 2023).

Nessa situação, o aluno não tem mecanismos suficientes para interagir na aula, visto que há enorme diferença entre idioma do ensino e do convívio diário dos discentes. A esse respeito, Freire (2011) volta a contribuir quando afirma não haver melhor caminho para processo de aprendizagem que não seja pela primeira língua (L1), a qual o aprendiz tem facilidade de compreender.

#### **4.3 A realidade dos materiais didáticos utilizados no Ensino Básico da Guiné-Bissau**

O material didático tem incumbência grande no ensino. Deve refletir e usar as estratégias dos aprendizes e os conhecimentos prévios que eles levam para a sala de aulas, além de incentivá-los a criar uma interação entre a sua língua-cultura e a língua-cultura que estão aprendendo. Como defende Schoffen (2012) é importante salientar o uso de materiais autênticos em sala de aulas de língua adicional, porque possibilita a reflexão sobre as condições de produção do uso de linguagem na interação social. No caso da Guiné-Bissau, defendemos ser necessário o uso do guineense no ensino como uma língua auxiliar na aquisição de Português.

Para entender a realidade dos materiais didáticos utilizados no Ensino Básico da Guiné-Bissau e para respondermos à seguinte pergunta de pesquisa: quais são os impactos desses materiais na aprendizagem dos estudantes? Questionamos os participantes do de nosso estudo da seguinte maneira: 3) No tocante aos livros/materiais didáticos do Ensino Básico na Guiné-Bissau, como você avalia a predominância da Língua Portuguesa para a exposição/explicação de conteúdo?

Os participantes **A** e **B** relatam o mesmo problema sobre o livro didático, conforme se constata a seguir:

Na verdade, eu não vejo no material didático já que o ensino é em língua portuguesa apesar de sua atualização ser sempre tardia. A minha percepção é que se o ensino da língua portuguesa é problema, ela deve ser mudada, ou seja, o material didático pode ter sido problema se o ensino tivesse o desempenho. Então, se a língua já é problema, o material didático também é. Uma vez que o problema da língua for resolvido, o material didático também se resolve. Se a situação da língua resolver, também pode resolver a situação do material didático(...) (Participantes **A**, 2023).

Eu diria que a fraca produção dos materiais didáticos é assim como assimilação da mesma teve um impacto positivo muito embora com grandes dificuldades quanto a interpretação da mesma tendo em conta o fator acima mencionado (Participante **B**,2023).

De acordo com a fala dos informantes **A** e **B**, entende-se que o problema do material didático utilizado no Ensino Básico deriva-se da língua usada no processo de aprendizagem que não espelha a realidade sociocultural do país, indo de encontro ao que Schoffen (2012) destaca sobre a importância de haver adequação do livro didático ao espaço geográfico do aluno, bem como de sua língua-cultura.

A fala de participante **C** reforça que o material didático utilizado no Ensino Básico não atende a necessidade dos estudantes, o que acaba implicando na aprendizagem.

Ao meu ver, os livros didáticos deveriam atender a realidade dos seus utilizadores (alunos) o fato que quando não acontecer acaba dificultando a aprendizagem dos alunos, seria bom se a língua crioula fosse utilizada para explicar melhor os conteúdos e facilitar a compreensão (Participante **C**,2023).

Ratificamos o nosso entendimento de que se faz necessária a implementação do guineense (crioulo) no sistema escolar conseqüentemente no material didático, para que possa servir de apoio na aquisição de Português como língua adicional (LA). Na concepção de MENDES (2011, *apud*, Cá ,2019), o material (LD) deve ser aberto, passível às adaptações, modificações, e adequação em diferentes situações, na base da veracidade dos seus usuários e com as percepções do docente.

Os participantes **D** e **E** corroboram a produção de material didático fora do contexto guineense, e o uso contínuo de língua portuguesa no ensino, sem as adaptações necessárias, ou seja, sem as adequações à realidade linguística e cultural do país.

Relativamente aos materiais didáticos do ensino básico na Guiné -Bissau, eles estão sempre em língua portuguesa e sem adaptação à realidade cultural, linguístico guineense, isto é, esses livros didáticos geralmente são produzidos em Portugal pelos portugueses, que acho não têm um conhecimento profundo sobre a realidade guineense (PARTICIPANTE **D**, 2023).

(...) são os mesmos livros que nossos irmãos usaram e a gente também usou. Não houve alterações nos materiais didáticos, por nossos irmãos sempre nos acompanhavam e traduziam as histórias ou lições dos materiais em crioulo o que facilitava bastante a nossa compreensão dos conteúdos (Participante **E**,2023).

Silva (2018), afirma que o material didático do ensino não compactua com a língua-cultura, sobretudo, o Português falado na Guiné-Bissau, e que os livros carregam o Português expressado em Portugal. Nessa perspectiva, é relevante pensar o uso de Português em contexto guineense. A língua faz parte da afirmação da nossa identidade e, portanto, não se devem desperdiçar as línguas nacionais, nem deixá-las fora da escola e do material didático.

Relativamente à fala dos dois últimos participantes sobre os livros didáticos utilizados no Ensino Básico guineense, eles apontam que, geralmente, os materiais didáticos usados em sala de aula não atendem às necessidades dos alunos. Os docentes recorrem às línguas nacionais para exposições/explicação do conteúdo para facilitar a compreensão dos discentes.

Os livros e materiais didáticos são feitos em português, mas em muitos casos de exposição e explicação de conteúdo, as línguas locais desempenham um papel relevante para facilitar o processo de ensino e aprendizagem (Participante F,2023).

Eu avalio o uso exclusivo da Língua Portuguesa para a exposição de conteúdos como, péssimo, pois os alunos não conseguem entender a matéria na sua plenitude sem intervenção de outras línguas principalmente o Crioulo (Guineense). Portanto, o português deve possuir como auxiliar o Crioulo ou outras línguas (Participante G,2023).

A considerar o livro didático como um elemento auxiliar no ensino, que exerce papel de suporte ao professor, estabelecendo uma ligação com a realidade dos aprendentes, reafirmamos a necessidade de que, no Ensino Básico Guineense, a elaboração de material didático considere a realidade cultural, a diversidade linguística existente no país, e a inserção do guineense no ensino, como sendo uma língua maioritária.

## **5 O MATERIAL DIDÁTICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA GUINÉ-BISSAU**

Para o cumprimento de um dos objetivos estabelecido em nossa pesquisa investigar os materiais didáticos utilizados no Ensino Básico da Guiné-Bissau, no tocante à língua oficial de ensino. Optamos por observar o material didático em Língua Portuguesa utilizado no Ensino Básico da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau é um país da língua oficial portuguesa, no qual essa língua é minoritária. O lugar de língua maioritária é ocupado pelo guineense. Apesar dessa realidade, o material didático utilizado no processo de alfabetização não considera a realidade sociolinguística do país, considerado multilíngue e multiétnico, segundo estudo realizado em Bissau, 2019, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, G-B). Conforme tal estudo, o país possui cerca de 30 grupos étnicos e cada etnia tem a sua própria língua. Nesse cenário, a LG é responsável por estabelecer a comunicação entre indivíduos de diferentes grupos étnicos, ou seja, falantes de diferentes línguas. Nesse sentido, o material didático, nesse contexto, precisa ser, entre outras coisas, diversificado linguisticamente, devido ao multilinguismo do país. O material didático é uma ferramenta que precisa espelhar o espaço geográfico e social dos estudantes. Ele serve de guia para os docentes criarem uma interação em salas de aulas entre a língua e a cultura do aprendiz.

Perguntamo-nos, então, se o material didático utilizado no processo de alfabetização no Ensino Básico guineense estabelece uma relação entre a língua-cultura da população. Esse material que, como verificamos nos depoimentos dos participantes da pesquisa por nós empreendida, causa desconfortos aos alunos e não colabora, dessa forma, para o sucesso dos estudantes nessa fase da educação formal.

O material didático que selecionamos para observar é o **Periquito Beta**, livro de leitura e escrita do primeiro ano do Ensino Básico, cuja autoria é atribuída a Freitas de Barros, Maria do Carmo Mendes e Leontina Semedo Costa, com coordenação pedagógica de Monica Benoit. O livro foi editado em Bissau, em 1993, tem 88 páginas, e foi publicado pela editora escolar República da Guiné-Bissau. (Sambu,2017)

No primeiro ano do Ensino Básico, o aluno é apresentado ao mundo das letras, números e desenho, como acontece neste material. Contudo, esse material está voltado aos alunos que têm o Português como L1, no caso do ensino guineense, esse material não é adequado para esse nível, visto que a realidade do material é bastante distante da dos aprendizes. A língua utilizada neste material não representa o repertório cultural ou sociolinguístico das crianças. Certamente, como vimos na seção anterior, as crianças não conhecem a tal língua do ensino, o Português, dado que não a utilizam nas suas comunicações diárias (SILVA, 2018).

Nesse livro de escrita e leitura, não há atenção das línguas nacionais. E o foco de estudo é o da gramática da Língua Portuguesa. Estuda-se o plano da fonética, com base nos sons das consoantes e vogais. Também se exploram as letras, a escrita correspondente e a leitura. Além disso, há, no material, parte dedicada à leitura de textos que vão estabelecer o diálogo no momento da leitura e desenhos de símbolos. Essa didática é destinada às crianças de 07 a 10 anos idade, que ainda não têm ligação, ou influência com a língua de ensino. Como é um material destinado à leitura e familiarização com as letras, então, o método usado, de acordo com autoras do livro, é o da repetição várias vezes para que os alunos memorizem o conteúdo.

Na base disso, os alunos vão ler e fazer muitas repetições de tudo aquilo que foi dito pelo docente. E entendemos, que isso não colabora para o desenvolvimento da capacidade criativa e comunicativa dos estudantes. Para Sambu (2017), a inadequação da utilização de material didático tem como consequência não permitir às crianças alcançarem seus objetivos de aprendizagem. Nessa vertente, convém destacar que o professor assume o lugar de detentor do conhecimento, visto que o conhecimento que está sendo adquirido nas aulas não é um conhecimento compartilhado, ou seja, não há reciprocidade entre professor e o aluno. Isso pode colaborar para que o docente considere o aluno como absolutamente ignorante, pois não

reconhece seus conhecimentos prévios. Então, o ensino se torna como uma forma de depósito, na qual os alunos são depositados e o professor é depositante.

A seguir, apresentamos um exemplo daquilo que expusemos anteriormente. Trata-se de uma atividade de leitura retirada do livro **Periquito Beta**:

Enunciado da atividade de leitura: **Ler**

Olá, Lia, Olá, Leo.

Olá, mamã, olá, Lola

Olé, mamã, é a lua!

-É a meia lua.

Lia lê: mal, mel, mola e mãe.

Leo lê: lua, limo, lume, lula e leão. (BARROS *et al*, 1993 p. 14)

Nessa atividade de leitura observa-se uma conversa aleatória, é notório que o objetivo da atividade não destaca há preocupação do panorama dos aprendizes, mas a silabação. Diante do exposto nesta seção do artigo e ao longo do texto, confirmamos o nosso entendimento de que é urgente que se repense a política linguística e do material didático para a Guiné-Bissau, de modo que se considere, no ensino, a realidade sociolinguística do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na nossa pesquisa e com ralação ao objetivo que propormos alcançar sendo, investigar acerca das implicações da obrigatoriedade da língua portuguesa como língua de ensino no Ensino Básico da Guiné-Bissau. Concluimos através das falas dos nossos participantes nessa pesquisa, que o Português apesar do seu estatuto de oficialidade em Guiné-Bissau acarreta dificuldade no quesito de ensino e aprendizagem.

Contudo isso, no ensino ela é empregada como a primeira língua dos aprendizes, que causa enormes complexidades no processo, realmente, o Português no ensino guineense como L1, não representa a veracidade linguística do país, porém, esse idioma tem poucos falantes e é aprendida como L2 por um número significativo dos cidadãos. Isso torna os alunos vulneráveis, dificultado na obtenção de habilidades comunicativas assim como escrita nessa língua.

No Entanto, as estratégias aplicadas no ensino da língua portuguesa não correspondem com o panorama sociolinguístico do país, e o Português precisa ser ensinado como língua adicional (L2), para isso, vale salientar que é necessário solucionar o problema da língua na aprendizagem e a inclusão da LG no processo.

Em suma, com este trabalho, pretendemos ajudar na melhoria de qualidade de ensino e aprendizagem no panorama multilíngue no ensino básico da Guiné-Bissau, visto que objetivamos trazer à tona as implicações negativas da obrigatoriedade da língua portuguesa como única língua de instrução no Ensino Básico do país. E, a partir disso, esperamos poder contribuir para o delineamento de políticas linguísticas, e do material didático mais coerentes com o contexto investigado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. **O ensino de português como língua não-materna: concepções e contextos de ensino.** São Paulo: Museu da língua Portuguesa, 2005.

BALDÉ, Baró. **Formação de professores de língua portuguesa na Escola Normal Superior Tchico Té, Guiné Bissau.** (Tese)- Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

BARROS, A. F. de et al. **Periquito Beta: Leitura e escrita.** 1º ano. República da Guiné-Bissau: Editora Escolar, 1993.

CÁ, Glória Augusto. **Os efeitos do ensino da Língua Portuguesa em Guiné-Bissau: o caso da Educação Pré-Escolar.** 2022. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022. Disponível em: [repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3002](https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3002). Acesso em: 24 abr. 2023.

CÁ, Imelson Ntchala; RUBIO, Cássio Florêncio. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, p. 389-421, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/PygbnYmdMsqR8Mj66mhw5Lr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03. maio 2022.

CABRAL, A. L. **A questão da língua.** Bissau: Nó Pintcha, 1976.

COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau. **PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 20, p. 11-253, 2010. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/77687043/1702-3782-1-PB-libre.pdf?1640865575=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DLiteratura\\_lingua\\_e\\_cultura\\_na\\_Guine\\_Bis.pdf&Expires](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/77687043/1702-3782-1-PB-libre.pdf?1640865575=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DLiteratura_lingua_e_cultura_na_Guine_Bis.pdf&Expires)

s=1689703688&Signature=FLZQVqPlkptqCP1enM25xhWKLNQXoY7khbLkL5TX1rfr6LU  
fbjEvT-cKqDca0~2kgaqgl2f0P~IfEgnRjzK-  
n9zuy1W5DBjqhfC1SndrvgSRFKegWCs2Vmqq6v8phO0D3nXRBrBTs3-  
Up1kvLQQwPsskOwDLSvfxiPDdgFWeKYO70OraRtrk4EuOz4IMZYrib5VVd2qYoQon8k  
Zp55JPXfsEpCrsYUpp8~aSMM-  
q7HSHtOkImMgZshqh4Bgee71jXhcUH2zQnuoELf4NRJG5do5t24EEciWowaY0CGBIZB9  
nyu2r~IgU8zr0d6Atwxjvfg4kcvXmCWsSMW~iAWKB9dg\_\_&Key-Pair-  
Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 03. fev. 2022.

CUNHA, Marcelino Issa da. **Políticas linguísticas educacionais no contexto multilíngue: caso da Guiné-Bissau**. Redenção, 2022. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Língua Portuguesa) - Instituto de Linguagens e Literaturas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. P.77-95. 1996. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/143565/mod\\_resource/content/2/Texto6-Freire-1parte.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/143565/mod_resource/content/2/Texto6-Freire-1parte.pdf). Acesso em: 26 abr. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Bissau, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU. **Estado e Estrutura da População**. Bissau, 2009. Disponível em: [https://www.stat-guinebissau.com/Menu\\_principal/IV\\_RGPH/rgph1/estado\\_estrutura\\_pop.pdf](https://www.stat-guinebissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/rgph1/estado_estrutura_pop.pdf). Acesso em 25 jun. 2023.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. **Mandinga- Revista de Estudos Linguísticos**, v. 1, n. 1, p. 39-57, 2017. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/34>. Acesso em: 03. fev. 2023.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão (GO): Universidade Federal de Goiás, 2011.

SAMBU, Maimuna. **Análise do manual didático periquito beta Da Guiné-Bissau**: uma reflexão na perspectiva de português língua segunda. 2017. 75f. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova, Lisboa, 2017. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/23068/1/Maimuna%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20REV.pdf>. Acesso em: 03. mar. 2023.

SAMPA, E. P. Os precedentes históricos e políticos que impossibilitaram a instituição da língua guineense no ensino na Guiné-Bissau. In: NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal; LANGA, David Alberto Seth; TIMBANE, Alexandre António. **Descrição linguística, educação e cultura em contextos pós-coloniais**. Belém-PA: Home Editora, 2022.

SCHOFFEN, J. R. **Português como língua adicional**: reflexões para a prática docente. Porto Alegre: Bem Brasil, 2012.

SILVA, Miller António Nhaga da. **Políticas linguísticas para o português**: uma investigação acerca da Guiné-Bissau. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2183>. Acesso em: 16 maio 2023.

SOUZA, A. da S. O processo de aquisição de um segundo idioma em crianças e adultos. **Estação Científica**, Juiz de Fora, n. 14, p. 08-14, 2015. Disponível em: [https://portal.estacio.br//docs%5Crevista\\_estacao\\_cientifica/08-14.pdf](https://portal.estacio.br//docs%5Crevista_estacao_cientifica/08-14.pdf). Acesso em: 17 maio 2023.

YURNA, Albate. **Português na Guiné-Bissau**: sobre o estatuto da língua, seu ensino e a formação docente. 2018. 22 f. Monografia (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto de Linguagens e Literatura – ILL (Ceará), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1496>>. Acesso em 20 maio 2023.